

**TRAÇOS DE CONSERVAÇÃO NO PORTUGUÊS
FALADO NO BRASIL: UM ESTUDO DE
MANUSCRITO BANDEIRANTE OITOCENTISTA E
DE NARRATIVA ORAL CONTEMPORÂNEA**

*Maria Helena de PAULA**

1. Proposição

Este estudo¹ quer estabelecer relações entre dois *corpora*, um texto escrito na primeira metade do século XVIII e outro, oral, gravado mecanicamente em mini-disco em 2001. Far-se-á comparação de aspectos lingüísticos, com especial atenção a alguns aspectos de configuração léxica manifestos nos textos. Quer-se mostrar que caracteres lingüísticos presentes no português escrito no século XVIII ocorrem, também, em realizações lingüísticas orais do século XXI.

2. Primeiras palavras – os *corpora*

Os documentos de que se valerá este estudo são narrativas de caráter distinto. A narrativa escrita noticia acontecimentos das minas cuiabanas entre os anos de 1726 e 1734. Destinadas ao Reverendo Diogo Soares e

* Docente do Curso de Letras do Campus de Catalão-UFG.
Doutoranda pela UNESP/Car.

¹ O presente texto é um recorte do texto final produzido para o curso “Tópicos de Filologia”, ministrado pelo Prof. Dr Heitor Megale, no segundo semestre de 2002, na USP. Por ser uma adaptação tem outra escrita e outros objetivos diferentes do texto motivador; a responsabilidade pelo que aqui se diz é, portanto, única e exclusivamente nossa.

encontradas em Évora², as “Noticias Praticas das Minas do Cuyabã,e Goayzez Na Cappitania de São Paulo” foram editadas didaticamente por alunos do curso Tópicos de Filologia, ministrado no Programa de Pós-Graduação em Filologia e Língua Portuguesa, no DLCV-FFLCH-USP, em 2002.

Com a marcação iniciada no fôlio 61 recto e seis notícias intituladas ao longo do manuscrito, notou-se que as Notícias Práticas são, na verdade, apenas quatro notícias completas, uma vez que a “Notícia 4ª Practica” consta de menos de um recto de fôlio e o que corresponderia à Notícia 5ª não consta no documento que fora editado didaticamente e que servirá para este estudo. Desta feita, o *corpus* escrito a que se reportará constitui-se de trinta e cinco (35) fôlios e as notícias são intituladas como: “Noticia Primeyra Pratica” (61r a 71r), “Noticia 2ª Practica” (71r a 78r), “Noticia 3ª Practica” (78r a 81r), “Noticia 4ª Practica” (81r), “Noticia 6ª Practica” (92r a 106r).

Cumprir dizer que, provavelmente, os fôlios correspondentes à quinta notícia foram retirados ou transpostos do documento e que as Notícias são apenas parte de um documento maior, uma vez que as suas primeiras linhas são numeradas inicialmente em fôlio 61r. O que se quer com isto dizer é que, possivelmente, a) as Notícias teriam sido copiadas para fôlios de um documento em que já haveriam redigido e, por isto, não teriam numeração própria, ou que b) as Notícias apresentam esta numeração porque não seriam os primeiros documentos redigidos e destinados ao Padre Diogo Soares. Ressalta-se que estas possibilidades aqui levantadas estimam apenas representar hipóteses acerca da numeração falha dos

² Na margem direita à segunda e à quarta notícias, há o carimbo oval com os dizeres: Biblioteca Publica Arquivo Distrital de Évora.

parágrafos e dos fôlios e não são capazes de avançar em informações desta natureza mais do que a edição didática pôde permitir.

Destinadas, todas, ao Padre Diogo Soares, as Notícias não gozam de autoria única. “O Capitam Ioaõ Antonio Cabral Camello, sobre a Viagẽ que fes, as Minaz do Cuyabã no anno de 1727” dá a primeira notícia. A segunda fala “Doquelhe socedeo navolta quefes, das minas para São Paulo”, datada de 16 de Abril de 1734 é também assinada por João Antonio Cabral Camelo. A terceira notícia, data de 3 de Novembro de 1730, é dada pelo Capitam Domingos Lourenço de Araújo e narra “o infeliz sucesso que tiveraõ no Rio Paraguay, as tropas que vinhaõ para São Paulo no anno de 1730”. A quarta notícia, apenas anunciada, viria do Paraguay e narraria a venda que os índios Payagoas teriam feito dos cativos portugueses na cidade de Sacramento; esta fora assinada por D. Carlos delos Reis Valmaseda. A sexta notícia dá a relação da rota que fez da cidade de São Paulo às Minas do Cuiabá o Excelentíssimo Governador e Capitão Geral da Capitania de São Paulo, Rodrigo Cezar de Menezes, além de noticiar as minas descobertas e estabelecidas no seu governo. Foi assinada pelo secretário de Sua Excelência, Gervasio Leyte Ribeiro e escrita na Villa Real do Bom IESVS do Cuyabá, em 01 de fevereiro de 1727.

As informações sobre a autoria e as datas das notícias, antes de parecerem excessivas, servem ao rigor do estudo filológico e aqui, especificamente, mostram que as realizações lingüísticas que se verificaram semelhantes às do *corpus* oral não são manifestações idiossincráticas de um escrivão, capitão ou de um secretário de governador de capitania. Antes, sustentam que em manuscritos de minas do século XVIII estão realizações lingüísticas que perduram no século XXI e que estas devem trazer caracteres do

português escrito³ no contexto das bandeiras no Brasil (Cohen *et alii*, 1997).

A segunda narrativa é oral e tematiza acontecimentos pessoais de um senhor catalano. Gravada para compor o CD do Projeto Filologia Bandeirante, a história do senhor Felicidades da Cruz foi narrada em sua residência, no Distrito catalano de Pires Belo, em 16 de dezembro de 2001, com a sua prévia autorização⁴. Com desenvoltura no fluxo narrativo, o sr Felicidades raramente foi interrompido por alguma pergunta formulada pelos pesquisadores, o que concedeu a este *corpus* uma seqüência narrativa muito coerente, sem hesitações. Repetições e reformulações que ocorreram na sua narração não pretenderam corrigir, mas reforçar fatos, opiniões e expressar (re)sentimentos em memórias trazidas à oralidade. Foram gravados sessenta e um minutos de narrativa pessoal ininterruptamente, que constituem a sexta faixa do primeiro CD de áudio do Projeto Filologia Bandeirante.

3. Filologia Bandeirante e Goiás – uma história lingüística para se contar!

Propõe-se, aqui, apresentar breves considerações sobre a história goiana a partir das representações construídas sobre as minerações e sobre a economia rural

³ Acredita-se que, embora escritos, os documentos disponíveis possam apresentar marcas do português que se falava neste contexto, já que não são raras as vezes em que se escreviam no calor dos acontecimentos, no descanso das toldas, nas “roças” ou em locais diferentes daqueles em que se davam os fatos narrados, como se nota na “Notícia 3ª.Practica”, que fora escrita no Rio de Janeiro.

⁴ Participaram desta gravação os professores Dr. Heitor Megale e Dr. Sílvio de Almeida T. Neto, da USP, Jason H. Paula e Maria Helena de Paula, do CAC-UFG.

que concede ao povo goiano, rural ou urbano, considerável matiz caipira. Tais representações se afirmam a partir de a) os documentos sobre a vida aqui em época das minerações, redigidos por escrivães da Colônia ou da Metrópole, nas viagens ao "continente", nos cartórios ou na Corte⁵ e b) os relatos feitos por viajantes, especialmente Auguste de Saint-Hilaire (1975) e Pohl (1951) em que se expressam conceitos e valores acerca de Goiás – seu povo, sua cultura, sua geografia, sua história.

Baseando-se em experimentações de contato direto com Goiás e, não raras vezes, de contato indireto possível graças a leituras das descrições presentes em documentos, viajantes, bandeirantes, escrivães régios, padres etc traçaram perfis bastante numerosos das terras goianas e do modo de organização social de sua população mas, quase sempre, convergentes na representação, no imaginário que se fundou, a partir daí, do que significava ser de Goiás ou estar em Goiás, do século XVIII aos nossos dias.

Ao lado do "desbravador do sertão", da meta de civilização e de "desinfestação" dos gentios achamos o índio acuado, sujo, rústico, "na maior pobreza", o "lugarejo insignificante", cujos "moradores (...) avessos ao trabalho" mais lembravam um protótipo de jeca vivendo da fartura que a natureza permite.

O estereótipo do homem bravo, forte e obstinado na obtenção de riquezas, ainda que isso lhe pudesse custar a vida acaso necessário fosse, encontra sua configuração em Bartolomeu Bueno da Silva, o filho que após quarenta anos

⁵ Não tivemos acesso a nenhum documento manuscrito para este breve estudo; baseamos nossas considerações nos excertos de documentos notariais constantes em Palacín *et alii* (1995), que mesclam manuscritos editados com trechos de obras de viajantes estrangeiros, gráficos e mapas.

recupera a picada que fizera com o pai, aos doze anos. Perdido, retornando à Província de São Paulo depois de três anos vagando ao léu, o Anhangüera é a encarnação perfeita do paulista líder obstinado, seguro de suas ambições e senhor de uma sorte (ou seria o "dom" bandeirante protegido pelos bons e sacros interesses da Coroa?) invejável que o livrou da morte por doenças, fome ou ataques de índios ou intempéries da floresta densa.

Com alguns poucos companheiros restantes dos tantos que compunham sua bandeira, o Anhangüera chegou ao local onde hoje está Ferreiro a um quilômetro da Vila Boa. Cansado, sem provisões de mantimentos para sustentá-lo e à tropa, resolveu partir a São Paulo, aonde chegou a 21 de outubro de 1725 e encontrou Rodrigo César Menezes organizando uma tropa para ir a seu encalço, já que não enviara notícias por três anos a fio.

As novas de seu feito, sua bravura e heroísmo por sobreviver em condições tão adversas e delas ainda trazer a grande e relevante notícia, principalmente para os cofres da Corte, de um *descoberto* enorme e rentável por anos, repercutiram de tal modo que de várias regiões da Colônia e até de Portugal, acorreram pessoas a Santana, às margens do Rio Vermelho, cercado pela Serra Dourada. Foi a grande leva populacional do Goiás colônia.

Os ventos que espalharam a fama do bandeirante desbravador⁶, também espalharam a idéia mesquinha de que o sertão por ele conquistado e "domado" só era habitável

⁶ Americano do Brasil (1980,p. 29-32), finalizando sua crônica intitulada "O desbravador dos sertões", escrita em 17 de setembro de 1918, sintetiza a fama do Anhangüera, considerando um desprezo da Coroa àquele que tanto a honrara ao mesmo tempo em que o toma como uma "das figuras mais dignas de ser memoradas nos dias de hoje (...) pela importância de seu papel na história geral deste Estado", cuja memória "há de viver em coração humano enquanto existir o último goiano."

pela "civilização" graças ao seu feito. Quer dizer, conceder a Bartolomeu Bueno da Silva uma representação de "Que ou aquele que desbrava" aquele que sabe desbravar, isto é,"1. Tornar manso, domar, amansar" e/ou que sabe "2. Preparar (terreno) para cultura; arrotear" e "3. Explorar (terras desconhecidas)" (Ferreira, 1986, p.548) é conceder, pela natureza opositiva da língua e pelas estratégias de sentido do discurso bandeirante, aos "desbravados" uma natureza de bravos, selvagens, não-domados, desconhecidos, sujos, não-educados – bárbaros!

Assim, ao mesmo tempo em que se constrói o estereótipo do líder-bandeirante-desbravador também se forma o valor do sertanejo-desbravado. Sabendo que a tropa dos bandeirantes se compunha de líderes, os brancos, e liderados, os negros e os brancos pobres e os gentios domados⁷, podemos inferir que a "civilização" da população goiana teve muito do préstimo dos liderados quem, de fato, minerava, lutava contra gentios, plantava e cuidava da infraestrutura das minas e roças. Então, muito do modo "desbravado" e "civilizado" e "domado" do que tinha e tem do que é ser de Goiás e do que é estar em Goiás carrega marcas do Desbravador e dos seus desbravadores – os bandeirantes, os brancos líderes e os liderados. A imagem que (trans)aparece no imaginário da goianidade – o rústico, o caipira, o roceiro, o não-civilizado, o não-urbanizado, o não-educado, o introspecto – está eivada da historicidade dessa representação. Para entendê-la há de entender os percursos históricos que a fundam.

Nos *Annaes da Província de Goiás*, escritos em 1863, Alencastre (1979) despeja sua visão rançosa e rancorosa sobre a colonização goiana, inescrupulosamente motivada, patrocinada e imposta pela Coroa. O retardo econômico-político que Goiás experimentava naqueles anos

⁷ Ver em Palacín *et alii* (op. cit., p.26) citação do documento nº 06, trecho do relato do alferes José Peixoto da Silva Braga.

imperiais, que ele pôde bem conhecer no tempo em que governou Goiás (de 22/04/1861 a 26/06/1862), deveria ao fervor da mineração, única empresa que resistia quando se morria de fome, quando o "comércio do interior (era) fiscalizado e vexado; a lavoura quase de toda abandonada; a indústria da criação limitada e interdita; o fisco insaciável" (p. 18).

Em nome do lucro, de tribos devastadas, gentios refugiados caçados e capturados por capitães-do-mato foi levada a cabo uma política que a nada visava no futuro. Contumaz nos qualificativos à impertinência da Coroa, Alencastre a metaforiza em "Cultivador, que não planta, vê afinal suas terras, embora feracíssimas, reduzidas a urzes e carrascas. Herdeiro que, na ociosidade, devora sua fortuna, em pouco tempo está exaurido" (p.15).

O historiador, geógrafo e ex-governador parece ter nutrido considerável asco pelo que fez a colonização por Goiás. Os adjetivos que usa em atributos a bandeirantes, mamelucos, colônia são altamente depreciativos e no seu uso sente-se uma elaboração contida da raiva pelo que restou de toda a guerra justa, o desbravar do sertão, a má governança de Portugal que levava só deste estado mais de uma centena e meia de arrobas de ouro, salvo os contrabandos e desvios. Da Capitania dos Guayazes diz que "a sua história nem é longa nem é rica de episódios, mas é dolorosa de contar-se." (p. 17)

Nos relatos dos viajantes e nos documentos notariais das minerações ou nas modas de viola e nos discursos sobre Goiás está tecida toda uma trama de discursividade sobre o sentido de *ser goiano* ao longo dos séculos, especialmente do XVII ao atual, expressa no traje, nas manifestações culturais, na literatura, na língua do seu povo etc.

Não cabe avaliar se essa representação corresponde à verdade dos fatos e dos processos sócio-históricos. Por constituir um discurso, um modo de ver, pensar e conceber

tais processos ela dá a eles a verdade de que necessitam para a legitimação, para a sua *impregnação histórica*. Quer dizer, manifesta nos documentos das minerações e nas obras dos viajantes estrangeiros como Saint-Hilaire e Pohl, nos escritos oficiais, e na literatura e em discursos outros como mídia televisiva sobre o caipira goiano, essa representação goza de uma incontestabilidade até que a formação ideológica que a sustêm se interpenetre a outras ou seja suplantada por outras.

Se os bandeirantes e a mineração são tidos como a alavanca da civilização, do "amansamento" e urbanização goianas, o modo de viver e de ser em Goiás está prenhe dessa cultura e desse modo de ser paulista, mas também indígena e africano uma vez que o povoamento das minas se dá numa congregação desses três elementos imprescindíveis – o *paulista*, *branco* (preferencialmente os reinóis) e pela liderança (capitão, governador, ouvidor), o *índio* amestrado no trabalho e o índio que cercaneava as minas com o fim de atacá-las ou se achegar e delas fazer parte e o *negro* para o trabalho e como mercadoria.

A moral cristã que constava nos regimentos como "proteger os índios em nome de uma investida religiosa" (guerra justa) ou os aldeamentos, instituições para a "purificação da alma gentia" e preservação de seus costumes esbarra-se na necessidade premente dos bandeirantes e de seus comandados de se juntarem a índias para terem filhos, reconhecidos legalmente. Embora não houvesse mulheres nas bandeiras e as índias devessem se prestar aos interesses e desejos dos desbravadores e mineradores, não foram dignas sequer de serem esposas ou mães declaradas. Em nome da moral cristã, purificaram-se-lhes as almas, procriaram os bastardos, povoaram as minas mas não assumiram a vida quase, senão totalmente, marital que estes homens das minerações tiveram com as gentias.

Essas marcas da urbanização civilizadora em Goiás respondem pelo imaginário constitutivo da cultura acerca das pessoas urbanizadas e as de vida rural. Há pouquíssimos anos, a escolarização em Goiás não chegava à zona rural, em especial às mulheres, e àqueles que desde pouca idade trabalhavam para a sobrevivência da família.

Martins (1975, p.83-102), em estudo na década de 70 do século passado sobre comunidades camponesas paulistas, coloca como a escola não combina(va) com a zona rural porque ela rouba(va) o tempo do trabalho das crianças, jovens ou adultos empreendidos na sua tarefa de escolarização, o que não era(é) possível àqueles a quem comer e sobreviver era(é) mais urgente. Não parece ser diferente a realidade goiana até os mais recentes dias.

Os moradores da zona rural, não-escolarizados, não experimentaram, por igual razão, ondas maiores da urbanização, embora dela precisassem cada vez mais para se adequar à vida brasileira institucionalizada como ir a médicos e a bancos e fazer financiamentos rurais, necessitar de cartórios, igrejas, participar de eleições etc. Surge daí o "saber assinar apenas o nome" bastante comum entre essas pessoas. Tal fato parece-nos o eco de nossa história: assim como estes, poucos das bandeiras sabiam ler e escrever, os líderes; os outros companheiros da tropa, que não comandavam, que cuidavam das roças ou que fugiam ou desistiam de minerar, desconheciam a escrita.

Dessa forma, o morador da zona rural e o não-escolarizado se enquadraram na representação de não-civilizados, rústicos, os que precisam ser adestrados, os comandados. O morador escolarizado representaria o avanço, a cultura, o que comanda. Tais valores, embora absurdos antropológica e humanamente, prevalecem em muitos investimentos institucionais e políticas públicas

(como saúde, educação, moradia e previdência) ao homem rural e não-escolarizado⁸.

Aqui está a grandeza científica e antropológica do Projeto Filologia Bandeirante (Cohen *et alii*, 1997) em perscrutar a relíquia da língua portuguesa retida nos falares dessas pessoas que, ao fazê-lo, não deverá perder a dimensão humana da pesquisa quando se deparar com o extraordinário lingüístico do homem do sertão.

3.1. Ecos lingüísticos no Goiás colônia

Palacín *et alii* (op.cit), discutindo os *Núcleos Urbanos e População* no Goiás colônia, defendem que a povoação provocada pela mineração é primeiramente urbana e, depois de décadas, rural. Essa compreensão, provavelmente, explicaria porque os mineiros eram mais respeitados que os roceiros mesmo que estes estivessem em condições financeiras muito melhores que aqueles e, nessa mentalidade, porque pessoas de vida urbana são mais respeitadas que as de cultura rural.

Os traços populacionais e lingüísticos de Goiás, a partir desta compreensão, têm inicialmente uma base urbana e bastante miscigenada – brancos de diversos lugares, negros e índios no aglomerado populacional das minas. Todavia, se com a decadência aurífera ocorreu o esvaziamento das vilas e povoados, uma vez que seus habitantes buscavam novos descobertos, é bem provável que tenham ficado nesses

⁸ Hoje, com o crescente êxodo rural e a agroindustrialização do campo, as pessoas rurais e não-escolarizadas habitam as cidades em condições subumanas, salvo algumas as quais, saudosamente tinham terras que, vendidas, garantiram habitação ou que, diminuídas consideravelmente, são apenas nesgas da nostalgia daquele tempo em tudo parecia melhor, porquanto tinha onde plantar.

lugares aqueles a quem faltavam recursos para a empresa da debandada, ou para a volta ou para novas empreitadas na mineração (Chaul, 1997).

Alencastre (op. cit., p. 22-23) aponta como a mineração povoava em complexos maiores (vilas, arraiais) a cada descoberto e também como despovoava já que

A notícia do descobrimento de Goiás fez atrair para o interior uma grande população de aventureiros de toda a espécie, seduzidos por falazes esperanças (...). Após uma longa esperança, viam fugir diante de si, a perder-se no infinito desconhecido, no vago das incertezas (...). E bom era se, afinal essa população de imigrantes, depois de arrastada pelo turbilhão vertiginoso da paixão do ouro (...) procura na indústria lícita os meios de subsistência. Nem sempre assim sucedia(...). As povoações que se formavam por esse modo, não tinham nenhum caráter de permanência (...). É por isso que em Goiás se vê um grande número de povoações acanhadas e decadentes.

Casos há que contam dos que ficavam para o plantio das roças, nas estocadas ribeirinhas, muitos dos quais ali permaneceram até o fim de suas vidas, pelo gosto do lugar ou porque se sentiram bem assistidos para não ousarem novas aventuras ou retornarem às suas terras de origem. Dar conta da formação populacional goiana ajudaria em demasia compreender as suas bases lingüísticas. Porém, não parece tão ligeira nem fácil esta tarefa.

Quando os paulistas chegaram a Goiás, oficialmente em 1722 com a bandeira de Bartolomeu Bueno da Silva⁹, a

⁹ Palacín e Moraes (1994, p.5-9) e Palacín *et alii* (1995) destacam que se concede a Bartolomeu Bueno da Silva, o filho, o "descobrimento" de Goiás porque teria sido ele o primeiro a vir para cá com a intenção de aqui se fixar, embora já em 1590 e durante todo o século XVII o total de dezesseis bandeiras tivesse atravessado o chão goiano.

sua composição populacional já era por demais miscigenada. Estudiosos da linguagem, historiadores, antropólogos têm buscado entender o movimento migratório que forma o povo indígena no Brasil Central para a partir daí estudos mais específicos serem empreendidos, como relacionar com mais precisão os movimentos migratórios ou populacionais com o comportamento lingüístico, embora não se possa defender uma relação direta e determinante entre estes.

Antes mesmo das bandeiras paulistas do século XVIII os índios goianos já experimentavam uma mobilidade *sui generis* (para refugiar-se de tribos inimigas, buscarem terras férteis ou por mero traço cultural) nos movimentos migratórios no Brasil Central. Assim, apesar de achar pertinente entender a formação populacional goiana pré e pós-bandeiras para melhor entender seu comportamento lingüístico, sabe-se que esta é uma empreitada custosa a uma geração de estudiosos.

Da mistura dos *negros*, que serviam para o trabalho nas minas, o carregar das traças das bandeiras e o plantio das roças; dos *índios* que, domesticados e escravizados para o trabalho nas minas e nas roças das tropas, serviam nas fazendas dos geralistas depois da decadência aurífera e dos *brancos*, que afluíram de várias partes e eram, em grande maioria, os comandantes das minas é que se forma, a partir do *substractum* indígena aí encontrado nos setecentos, o quadro populacional em Goiás. Ressalta-se a grande prevalência dos primeiros sobre os segundos e de ambos sobre os brancos. Ainda assim, a dominância do falar do branco foi legitimada pela sua institucionalização – no português, possivelmente com traços de uma escrita cartorial misturados a traços da oralidade –, é que foram escritos os documentos das minas de Goiás, restando aos dialetos africanos e à língua indígena engrossar, com o português popular falado, o expediente lingüístico bandeirante.

Sem condições de precisar a influência ou herança de cada falar para o português em Goiás, convém dizer que muito do modo como se fala aqui também se encontra em terras de Mato Grosso e Mato Grosso do Sul (fugindo da fronteira), Minas e São Paulo. Não nos parece, pois, aconselhável dizer de um modo de falar de Goiás ou de uma língua goiana, de um dialeto goiano, mas de uma língua portuguesa com dada feição dialetal que se verifica também nos falantes goianos nativos.

Historicamente parece mesmo compreensível que os nativos destas localidades que se mantiveram distantes de grandes centros mediatizantes, apresentem estruturas lingüísticas parecidas nos processos de mudanças da língua portuguesa. Sob semelhantes, ou até iguais, condições históricas, embora em diferentes localidades, experimentando similares práticas culturais é possível dizer de um *substractum* lingüístico comum a estes falantes.

Alencastre (op. cit., p. 21), reconhecendo o legado da história colonial no que foi a cultura [educação] goiana no século XIX, cabendo tão bem ao expediente cultural e lingüístico de hoje, diz que

Quem conhece o país, quem tem viajado e estudado os usos e costumes da nossa população do interior, onde ainda se vê bem salientes os traços que distinguem e diferenciam a educação dos tempos coloniais da dos nossos dias, e, o que é mais, dos vícios e das virtudes de então, poderá dizer qual o valor desse influxo moral, quais as tradições que nos legou todo esse passado.

A história da língua portuguesa nestes lugares de mineração é sustentada pela manutenção de um português da época das bandeiras. É imprescindível insistir na força institucional, financeira e política da língua portuguesa que suprime qualquer manifestação lingüístico-cultural mais forte e original dos negros e índios. Todavia, os quilombos,

como os Calungas, os fugitivos indígenas e as práticas culturais destes dois grupos étnicos ainda são encontráveis em Goiás.

3.2. Catalão – ecos de um pouso na história do Goiás colônia

O Goiás Colônia conheceu a força urbanizadora das bandeiras, uma vez que sua rota estabeleceu, ao longo do século XVIII, a fundação de importantes cidades de referência incontestável como Cidade de Goiás, Pirenópolis, Crixás, Traíras, Arraias, Santa Cruz, Anicuns, Luziânia, Pilar, Mossâmedes, Catalão. Para esta confirmação, convém examinar o mapa citado por Palacín *et alii* (op. cit.p, 126) e o que ilustra o prefácio feito por Affonso de E. Taunay à obra de seu pai, intitulada "Goyaz" (Visconde de Taunay, 1931). O primeiro há de mostrar os principais caminhos da Capitania de Goyaz e o segundo, de época mais recente, já apresenta povoações que não desapareceram com a decadência das minas.

O caráter emancipatório das minas em Goiás formou cidades por centro de minas – onde se povoou cavucando à procura do metal precioso – ou por pouso de provisões – onde se povoou plantando e pastoreando para o abastecimento das bandeiras no seu ir e vir desenfreado pelo Brasil Central. Cumpre dizer que os maiores arraiais, além de sediar a mina, exigiam que se cuidasse de seus mantimentos nos seus arredores ou porque eram distantes das vilas ou povoados de pouso, o que encarecia os mantimentos, ou porque o seu afluxo populacional era tamanho que precisavam buscar a auto-sustentação.¹⁰

¹⁰ Oliveira (2000), considerando a *Relevância dos estudos genealógicos para a caracterização sócio-histórica da língua falada na trilha das bandeiras*, dá à geografia de Taubaté grande

Em uma leitura comparativa dos mapas acima referidos aparecem em Taunay cidades que não constavam no mapa da Capitania de Goyaz. Cristalina e Catalão são dois casos. A cidade dos cristais servia aos que iam e vinham de Paracatu e Bom Despacho - MG, aos que se dirigiam a Santa Luzia (hoje Luziânia) e Meia Ponte (hoje Pirenópolis) ou aos que de lá se dirigiam ao oeste da capitania por aquela rota. O Pouso do Catalão, por sua vez, servia aos que adentravam Goyaz pelo sul, atravessando o varadouro (Porto do Lalau) no rio Paranaíba, próximo ao Ponto do Anhangüera¹¹.

Dotado de boas roças, farta pescaria e outras provisões¹² bastante necessárias aos bandeirantes em trânsito pela capitania, o Pouso do espanhol, alcunhado Catalão, que aqui ficara quando deixou a bandeira do Anhangüera em 1722, tornou-se parada obrigatória a quem fizesse o caminho a Vila Boa, Meia Ponte e outros arraiais pelo sul. O Pouso transformou-se, assim, em simbólica referência por ter sido

importância por ser um ponto que fomentava as bandeiras, sendo a "base de abastecimento".

¹¹ A chamada Fazenda dos Casados é o lugar onde Bartolomeu Bueno deixou uma cruz marcando sua entrada na rota conhecida de sua memória de quando, aos 12 anos, fizera com seu pai a viagem aos Guayazes.

¹² Muitas vilas e arraiais enfrentavam estiagens ou cheias duradouras que dificultavam sobremaneira a alimentação de seus moradores: as primeiras reses e varas comerciais que Goiás conheceu substituíam muito bem, e sem maiores custos, mantimentos como arroz, feijão, farinha, que dependiam da regularidade das chuvas. Nos pontos de pouso tais criações tinham destino já pronto: carne de lata, carne seca ao sol e sal, toucinho salgado. E estas são formas de armazenagem e conservação de alimentos por meses a fio ainda comuns em família rurais (e até muitas urbanas) de Catalão.

o último lugar por que passou Bartolomeu então senhor de estar no caminho certo. Após essa passagem, o "desbravador" perdeu-se por três anos e vagou pelo Norte até achar a região de Vila Boa. Passar pelo Pouso era como *estar no caminho certo*, indo da Capitania ou vindo a ela.

Americano do Brasil (op. cit, p. 30) diz que

Saiu Bartolomeu Bueno de São Paulo em julho desse ano [1722] e chegou sem incidente à margem do Paranaíba, a que Silva Braga dá o nome de Meia Ponte; atravessando este rio mais ou menos no meridiano de Catalão, enfrentou uma longa Chapada, indo ter às proximidades do Tocantins, onde deu-se a cisão da bandeira.

A relevância dos pousos para a emancipação das cidades na Província parece se mostrar na proximidade cronológica da elevação à categoria de cidade do Pouso de Catalão com a da Vila Boa. Em 1859, a povoação que faz a entrada na Província e em cujos córregos, ribeirões e serras – geografia de localidades auríferas – não se encontrou além de peixes, água e cerrado abundantes, se digna com sua emancipação

Aos olhos de hoje que cobram uma ligeireza excepcional dos fatos, a distância desta emancipação à da Cidade de Goiás, em 1818, é um tanto grande. Mas, quarenta e um anos em um século que vivia a pós-mineração, a decadência de muitas vilas e arraiais que se tornaram verdadeiras "taperas coloniais"¹³ são dignos de dar a Catalão uma importância no sudeste goiano.

¹³ Paulo Bertran, em prefácio à obra de Chaul (1997, p.11-14) intitulado *O Olhar Alheio e o Próprio Umbigo*, coloca que viajantes como Saint-Hilaire e Pohl construíram uma representação da decadência goiana. Estes tecem informações que não correspondem à realidade geográfico-cultural dos que descreveram: com olhos alheios e visando ao próprio umbigo insistem em que não fariam as viagens se lhes fosse dada de novo

Não sendo local de minas, estando a mais de 350 km distante da antiga Vila Boa, o pouso parece ter sido repouso de muitos que por aqui passaram e até o pouso para onde muitos outros afluíram, décadas depois. Era aqui que todos se encontravam; aqui desembocavam todas as venturas e desventuras dos que adentraram o sertão.

Por ser importante na rota das bandeiras paulistas nas suas investidas nas terras do gentilíssimo goyá, Catalão consta na rota do Projeto Filologia Bandeirante. Aqui, com facilidade e abundância, falantes-informantes de perfil como o traçado no projeto se encontram tanto na zona rural quanto na urbana, os que "das roças" vieram pelo conhecido êxodo.

Cumprir dizer que no município, no distrito de Santo Antônio do Rio Verde, divisa com Minas à altura de Paracatu, há prática ativa do garimpo, com grandes pepitas de diamantes recém-encontradas. À cidade e seus arredores urbanos, todavia, reservou a História o posto de *o Pouso que virou cidade*, já que, conforme discurso gaboso dos mais populistas políticos locais, *o caminho de Goiás começa aqui* insinuando claramente que a entrada para Goiás é Catalão.

Por estas razões históricas, Catalão e outras cidades goianas que participaram da história das minerações são rota de estudo do Projeto Filologia Bandeirante: narrativas do catalano entrevistado senhor Felicidade da Cruz e de outros catalanos estão registradas no CD FiloBand.

4. Comportamentos Lingüísticos: anotações sobre um falar em Catalão-GO.

a escolha. Um lugar decadente de pessoas indolentes que se amolecem ao calor do sol e adormecem ao menor esforço são revistos por Bertran como uma ruralização da população que vivia da mineração, aniquilada pela Lei da Trintena. Era a abastança, embora não fosse abundante, que amoldava as pessoas à lentidão do calendário agrícola no "exercício dos prazeres de uma vida simples".

Aqui, e no Filologia Bandeirante, procuraram-se aqueles que não puderam ir à escola e que, às vezes, sabem apenas assinar o nome; aqueles que se resguardam nos rincões de suas moradas nas roças ou em sua vida saudosa nas cidades.

Nas suas falas, campeiam velhos mistérios e conhecê-los pode levar a velhos falares. Afinal, a cultura se inscreve na língua e pela língua que um povo usa. É a crença de que aqui se reencontrará a língua portuguesa dantes que move impetuosamente ao estudo destas falas. É a tentativa de explicar a permanência de palavras como *rebuçar*, *treição*, *correição*, *pissóio* (posso), *avaliar*, *lũa*, *fromosa*, *entanguir*, *luita*, *fruita* que leva estudos de uma possível filologia bandeirante a cavarem na história da língua portuguesa explicações para aqueles que não sabem ler e nunca foram à escola, apoiados na memória, conhecerem a métrica da ladainha, em latim, de um terço cantado.

Diante dos vários aspectos que se podem observar nos *corpora* de que se dispõe este estudo, restringir-se-á a algumas configurações léxicas recorrentes nas narrativas escritas, as Notícias Práticas, e nas orais, a narrativa pessoal do senhor Felicidades.

Mais de uma centena de dados de natureza fonológica, morfológica e sintática se manifestaram semelhantes nos dois *corpora*, atestando uma tendência à retenção nessas variantes do português. A empresa de apresentá-los e discuti-los satisfatoriamente aqui está além de exigir uma profundidade teórico-bibliográfica e esbarra na demanda de um detalhamento e espaço impossíveis no objetivo deste estudo. Processos fonológicos como monotongação, metátese, iotização, alçamento, supressão, acréscimo e muitos outros; processos morfológicos como formação de palavras que não constam nas sincronias lingüísticas estudadas; processos como colocação pronominal, dêixis, topicalização, marcação/ não marcação

de concordância nominal e verbal, além da ortografia – cuja norma não era ainda fixada – e da pronúncia oscilantes, são comuns nos dois *corpora*.

Porém, apresentam-se incursões preliminares pelo léxico dos *corpora*, sem maiores propósitos de aprofundamentos que uma pesquisa de realizações lexicais requer.

As realizações lingüísticas dos *corpora* que se buscam levantar apresentam algumas semelhanças. As notícias são documento escrito no século XVIII, por pessoas que conheciam a língua portuguesa e tinham "técnicas" da escrita notarial. Hipotetiza-se, porém, que possivelmente, manifestem traços da fala bandeirante da época das Minas cuiabanas. O texto oral, porém, traz à tona um comportamento lingüístico com fortes marcas do que se chama *dialeto rural* (Penha, 1974-1975 e 1997; Veado, 1982 e Amaral, 1920) na narrativa de um semi-analfabetizado, de 61 anos e com forte experiência rural (ocupações profissionais, amigos, morada etc), natural de Catalão-GO.

Posto assim, parece incauto defender "algumas semelhanças" nas realizações destes dois *corpora*. Como dessemelhanças, contam com a diferença cronológica, diferença geográfica, diferença de registro da modalidade (oral e escrita), diferença de condições de produção (quem enunciou as narrativas), diferenças de estilo (tipos de narrativa), diferença de público (a quem se destina: ao rei, capitães, generais etc e a pesquisadores identificados no ato da gravação). Mais que serem produzidas em português, as narrativas têm entre si um laço que a história pode elucidar. Presas, então, a essa historicidade, têm, além de estruturas sintáticas e processos morfofonológicos quase puramente lingüísticos, pontos tão móveis e, ao mesmo tempo, tão identificadores da cultura de um povo - o léxico.

Diz-se que o léxico é a parte da língua que mais se atualiza porque está diretamente conectado com as experiências dos seus usuários. Mudam-se as experiências culturais, renova ou inova-se o campo léxico; inventam-se novas tecnologias, novo léxico é necessário; retomam-se ou conservam-se certas práticas, mantêm-se particularidades lexicais; mesmas ações, objetos e hábitos em outras localidades, épocas e pessoas, expandem-se, excluem e/ou aprofundam notações lexicais imprescindíveis à compreensão da realidade que se nos afigura como a mesma, mas outra, a minha, mas de outrem; a regional, a local, mas a plural. Bosi (1987), tratando da pluralidade, mas não a caoticidade, da cultura brasileira, aponta a importância das práticas "enraizadas" e enraizadoras dos rituais das classes pobres. Resistentes, estas e seus participantes se identificam, se re-fazem a cada realização. No grupo da treição, do mutirão (para limpar rego, roçar mato, capinar roça, fiar), do terço cantado (novena, festas de santos devotos, promessas (votos), pagodão), do ritual de velar o corpo morto do vizinho, da lida do engenho ou do convívio doméstico, o papel das relações sociais na rememoração e reviver de situações é importante definidora dos contornos culturais do grupo.

É nesse cenário cultural que habita o entrevistado senhor Felicidades: sua vida diária e sua narrativa o atestam. Embora viva em espaço semi-urbano e se sobressaia bem nas exigências urbanas, senhor Felicidades, como a maioria das pessoas das pequenas cidades do interior do Brasil, precisou se ingressar tortuosamente nele: "o prego no rachado do pé" no assoalho do carro-de-boi o atirou à custosa e definitiva experiência de calçar botina. A doença mal-curada do pai, a dificuldade de se obter médico para tratamento, a carona, a morte do pai, a venda de pepinos na cidade, a máquina de beneficiar arroz e ser o festeiro querido da Festa de São Sebastião no povoado são alguns percalços

de quem foi atirado à *urbe*. A cada experiência, porém, não se desenraizou - saíra mais forte no grupo e nele tem papéis e funções bem definidos hoje.

O aprendiz do terço (de ajudante a respondão), o festeiro que não é festador, o meeiro, o agregado "que trabalhava como escravo", o homem que faz a pinga e a rapadura, o animador de pagode, assim apresentado, guarda consigo experiências por ele vividas e aprendidas de outros, como a palavra que guardou no ensinamento do pai na escolha do ferrão para a prática de carreiro e do ofício de carapina. Suas raízes se fazem amarradas às raízes dos antepassados e de seus contemporâneos. Suas raízes culturais, suas relações sociais-grupais amparam suas realizações lingüísticas – nelas, estas se fincam.

Buscam-se no *corpus* oral palavras, expressões ou ditados que apresentem um modo de viver não apenas de seu Felicidade, mas dos que experiencia(ra)m iguais ou parecidas situações de vida. Um modo de viver ainda presente, quer porque rememorado, quer porque passado, quer porque outros tantos como ele substituíram alguns elementos materiais de vivência de outrora, mas não substituíram as crenças, as falas, as suas histórias.

Então, os modos de produzir os bens naturais e os culturais, chamados simbólicos (Bourdieu, 1998), se entrelaçam e se interdefinem e o homem daí emergido se faz e se matiza por esta elaboração. Se os bens materiais podem se elaborar diferentemente de um lugar para outro ou de uma época para outra é possível que as palavras, no seu plano físico, o significante, embora retomem ou recuperem o mesmo referente, não alcancem o mesmo (ou total) significado.

Recorre-se, neste momento, à problemática da tríade que sustém as mais acirradas disputas sobre as motivações das palavras desde o didático e profundo diálogo de Crátilo para sugerir hipóteses sobre os sentidos de

palavras que têm o mesmo significante nos dois *corpora*. Utilizar-se-ão, para fundamentar um tanto mais estas ligeiras considerações, o Dicionário do Brasil Central [DBC], de Bariani Ortêncio (1978); o Novo Dicionário Aurélio da Língua Portuguesa [NDALP], de Aurélio B. H. Ferreira (1986); o Dicionário Houaiss da Língua Portuguesa [DHLP], organizado por A. Houaiss e M. S. Villar (2001); o Dicionário Contemporâneo da Língua Portuguesa [DCLP], de Caldas Aulete (1881) e o Dicionário da Língua Portuguesa (DLP), em 2 ed. facsimilada, de A. Moraes Silva (1813). A intenção nessa consulta lexicográfica não é esmiuçar, até o esgotamento, as análises das palavras em questão, mas tão somente dar crédito às tentativas de iniciar a trilha do léxico.

Selecionaram-se, inicialmente, vocábulos que se acham repetidos nos dois documentos (o escrito e o oral) com o fim de lhes verificar as notações de significado – se repetem, se expandem ou se verticalizam a carga semântica. Por essas razões, tomaram-se *roça*, *pelejar*, *pouso* e *falhar* segundo o uso no texto e as supracitadas fontes lexicográficas.

Roça, nas falas do senhor Felicidades, é o local destinado ao plantio de subsistência de onde a família retirava o mantimento e o pouco para trocas na venda mais próxima. Plantavam-se alimentos usados na alimentação familiar diária. Infere-se que a localização das roças pode ser próxima ou não à casa em que se vive, posto que se almoçava em casa e, outras vezes, fazia-se necessário levar matulas ou fazer ranchos para cozinhar e nele pousar por dias a fio. Isto revela, também, a dificuldade de locomoção entre as roças mais distantes e a casa de morada: os poucos animais, o cansaço e a necessidade de carregar a tralha de roça todas as vezes que retornava à casa impediam, muitas vezes, que os trabalhadores nas roças retornassem à sua casa

no fim do dia. Então, pousavam nos ranchos, feitos para este fim.

A plantação vasta, com extensão muito superior às necessidades de troca e de subsistência, segundo ele, é a lavoura. *Roça* também se opõe ao espaço urbano quando relata que certa vez mudou-se da roça para a cidade para conseguir trabalho assalariado e manter a família, que permanecera na casa rural. Infere-se que *fazenda* seria a propriedade rural daquele de mais posses, geralmente o patrão, quando o senhor Felicidade referiu-se a uma pessoa como sendo um fazendeirão, fazendo-a distinguir-se do roceiro.

Roça, nas Notícias, parece ser uma povoação de mina, cercada por plantações de milho, feijão, bananas e outros alimentos. É, pois, um aglomerado de pessoas na zona rural, agrupadas na "villa" ou "arraial", plantando diversidade de provisões, conforme se nota em

Dabarra deste Rio serão vinte, ou vinte edous dias; ao quarto, ou quinto dia se chega ao arrayal velho, ou registro: que vem aser hũa rossa comuito bom bananal: dia, emeyo maiz a cima desta rossa estâ outra tambem povoada, edesta athe os Morrinhos que serão sette, ou oito dias deviaçem há outras duas que dão bastante milho, efeijaõ: porẽ dos morrhinhoz athe avila que são seis, ou sette dias, quazi todo este rio esta cercado de rossaz, efazendas, como tambẽ quatro, ousinco a cima damesmavila, eentodas seplantaõ milho, efeijaõ (...) (fl 69r, parágrafo 28)

Tal acepção que as Notícias deixam entrever são acolhidas pelo DHLP (p. 2465), excetuando a idéia de "vila" ou "arraial". As outras fontes também amparam esse sentido, sem o tom de ajuntamento de pessoas (como se chama hoje, em Catalão, "comunidades") no ambiente rural. Diria que se formava ali um povoamento de estágio semi-urbano que

vingaria, tornando-se Pouso, Vila, cidade ou que, com o passar das tropas ao longo dos anos da mineração, decairia. A acepção que as fontes trazem de que a *roça* é um espaço distante e oposto à cidade não se sustenta nas Notícias.

Os pousos de roça que viraram vilas e cidade, então, são o germe do povoamento da maioria das cidades de mineração (força emancipatória por pouso), razão porque o povoamento das minas, às vezes temporário e sem condições de urbanidade, apresentava tênue limite entre o urbano e rural: o rural (espaço para o plantio e para a mineração) engendrava o urbano (as rossas-vilas- arraiais, as minas e os ajuntamentos urbanos que as geriam) e, nessa particularidade, se matizavam um do outro.

Certamente isso explica a natureza de muitas pequenas cidades goianas – famílias que se conhecem e que subsistem das roças que as cercam e as sustentam. É comum nas pequenas cidades ruas serem interditadas, sem necessidade de autorização legal, para a secagem do arroz colhido e a bateção e secagem do feijão. Ali, reviram-se os mantimentos na rua cuidadosamente varrida e, ao fim da tarde, recolhem-nos. Os quintais lembram pomares: mandioca, manga, milho, hortaliças com fartura, além de criações domésticas como galinhas, porcos até cavalos.

Na “Notícia 2^a. Practica”, são relatadas inúmeras passagens da tropa por roças encontradas abandonadas por ataques dos índios, outras de sustentação para que a tropa refizesse as forças e construísse canoas, enxugasse roupas e mantimentos. Veja-se a seguinte passagem:

Pelo Rio Pardo abaixo gastamos so sette dias athe chegarmos a rossa do Cajurú, e passado o Salto do Coraço e Nhanduy mirim vimos despovoadas as rossas emortos pelo Cayapô os moradores, tambem soubemos tinhaõ dezamparado azsuas os do Cayjurú de Cima temerosos deque lhes socedece o mesmo: a rossa debaixo onde pouzaram osque vieraõ por terra ainda se achava com

bastante gente, não obstante o estarem as cazas já queymadas: oque lhes socedeo na occazião, etempo emque se achavaõ já nellas osprimeiros da minha tropa que mandei de Camapoan aaquella rossa afazer, ou procurar as canoas, edestes ficarão dous freychados. (fl.76r e fl.76v, parágrafo 58)

No campo semântico derivado desta situação surge o *pouso*. Nunes (1969, p. 76), explicando a proveniência de alguns ditongos, traz *pausare* como origem de *pousar*. O *pouso*, no vocabulário das bandeiras, é realmente um lugar onde se pausa a viagem e descansa para os dias seguintes como se vê na passagem citada acima. As Notícias trazem como elemento dos pousos as toldas¹⁴ para se proteger dos mosquitos. No pouso "falhavam *bastantes dias*" ("Verdade he que alem davolta que nos fes dar oPayagua, tivemos bastantes dias defalhas, que naviage, comumente segastaõ quatro mezez". Fl. 77r.), isto é, passavam ali muitos dias se refazendo da viagem. No *corpus* oral, *falhar* aparece na acepção de deixar de ir, faltar, embora o uso na acepção das Notícias seja muito recorrente na região.

Nas fontes DHLP (p. 2275), nas acepções 4, 7 e 8; NDALP (p. 1375); DCLP (p. 1363); DLP (p. 481) e DBC (p. 357) encontra-se semelhante significado para *pouso*. Na narrativa oral, todavia, *pousar* se restringe ao passar a noite, sem a intenção de ali se fixar ou de dali tirar meio de sustentação. Bariani Ortêncio, porém, precisa mais o verbete quando diz que os pousos, na mesma acepção que se infere

¹⁴ As toldas [tordas] na região catalana cobrem apenas a parte superior do lugar, deixando abertas as laterais, e se destinam a fazer uma espécie de barracão para as festas nas roças, diferentemente do uso nas Notícias, onde servem para se proteger de mosquitos, cobrindo todo o ponto de pouso (o rancho).

das descrições nas Notícias, devem ser em local "com água e pastagem" para a alimária.

Pareceu que as Notícias concebem pouso como estadia em que se falhava dias, menos, porém, que no estabelecimento de uma roça. O Pouso do Catalão, certamente, se fez referencial para os que por ele passavam por ser cercado de boas plantações, água e pastagens, mas nem todo "pouzo" pressupõe uma "rossa". Esta, por sua natureza semi-urbana, não raras vezes, servia de *pouso* aos viajantes.

As contendas entre os índios não gentis com o bando de Lanhas Peixoto e outras disputas nas Minas do Cuyabã foram as *pelejas*. Quando *pelejavam* entre si, matavam-se sempre muitas pessoas, de ambos os lados. Nas fontes Dicionário Moraes e Silva (p. 423), Ferreira (p. 1298) e Dicionário Houaiss (p. 2172), *pelejar* é também uma insistência, um esforço desmedido para se obter algo. Moraes sugere essa acepção apenas. Soa estranho o fato de o Dicionário de Ortêncio, que propõe trazer subsídios à filologia do Brasil Central, não trazer o verbete em questão.

De uso bastante recorrente na região, *pelejar* é fazer proceder com muito afinco para se obter algo que lhe é muito custoso. Sem a conotação de guerra, de demanda bélica, *peleja(r)* na narrativa de senhor Felicidades e no falar local parece ter expandido uma das acepções das fontes e das Notícias e dado a ela extensão que vai além do sentido figurado que Moraes e Silva aponta: esse passa a ser o sentido próprio desta palavra e seu uso geral não precisa associar a guerras ou a disputas. A seleção e a posterior expansão semântica da acepção estão tão legitimadas que se pode dizer que *pelejar* não é disputar, nem guerrear, mas que o seu *substractum* semântico está, nessa significação, motivando seu uso corrente.

Outros itens nos *corpora* revelam um repertório lexical próprio das atividades e ações desempenhadas pelas

peças envolvidas em ambas as narrativas. Encarregou-se este estudo, no entanto, de "garimpar" expedientes lexicais na narrativa oral que revelem um campo de atuação ou ocupação profissional do senhor Felicidades e que seja condizente, em pelo menos algum traço semântico, com o uso nas notícias escritas.

Esse rápido inventário de expressões e palavras do senhor Felicidades e das notícias das minas cuiabanas revela o seu mundo de experiências culturais específicas a estes contextos. Outras mesmas experiências, mas em outro lugar e noutras relações sociais, elaboradas simbolicamente de modo diverso, podem apresentar palavras e sentidos (significante e significados) diferentes. Através desta rápida amostra lexical aqui, se inventariaram algumas práticas do senhor Felicidades e do mundo das minas oitocentistas no Cuiabá. Outras, porém, na mesma região, em mesmas épocas, talvez até desconheçam esse léxico e o mundo cultural a que se referem as narrativas orais e as escritas.

5. Palavras Finais

Neste estudo, pretendeu-se apresentar considerações que mostrem uma relativa tendência à conservação do português falado por pessoas do perfil de sujeitos selecionados pelo projeto Filologia Bandeirante, em vários aspectos da língua. Como demonstrar e tecer minimamente considerações acerca das semelhanças de natureza fonológica, morfológica ou sintática, para este estudo, demandaria muito detalhamento teórico e metodológico que o tempo e o espaço não aceitariam, optou-se por descrever os *corpora*, considerar a história de Goiás e sua formação lingüística em uma tentativa sabidamente superficial. Tais considerações serviram para justificar um paralelo rápido entre realizações léxicas dos dois documentos com fim de mostrar que, à medida que as acepções culturais que as

sustentam se aproximam ou se distanciam, têm-se as verticalizações ou expansões de sentidos, conforme que se fez perceber nos exemplos arrolados.

Referências bibliográficas

ALENCASTRE, J. M. P. *Anais da Província de Goiás*. Goiânia: SUDECO, 1979.

AMARAL, A. *O dialeto caipira*. São Paulo: O Livro, 1920.

AULETE, F. J. C. *Diccionario Contemporaneo da Lingua Portuguesa*. Lisboa: Livraria Editora, 1881.

BOSI, A. *Cultura brasileira - temas e situações*. São Paulo: Ática, 1987.

BOURDIEU, P. *O poder simbólico*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1998.

BRASIL, A. *Pela História de Goiás* (Introdução, Seleção e Notas de Humberto Crispim Borges). Goiânia: Ed. UFG, 1980.

BUENO, F. S. *Estudos de Filologia Portuguesa*. São Paulo: Saraiva, 1954 (1º vol).

CHAUL, N. F. *Caminhos de Goiás - da construção da decadência aos limites da modernidade*. Goiânia: Ed. UCG/Ed. UFG, 1997.

COHEN, M. A. A. M. *et alii*. O projeto Filologia Bandeirante. In *Filologia e Lingüística Portuguesa*, n.1, p.79-94. São Paulo: Humanitas, 1997.

FERREIRA, A. B. H. *Novo Dicionário da Língua Portuguesa*. 2 ed. revista e aumentada. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1986.

GOMEZ, L. P. et alii. *História Política de Catalão*. (Coleção Documentos Goianos-26). Goiânia: UFG, 1994.

HOUAISS, A. & VILLAR, M. S. *Dicionário Houaiss da Língua Portuguesa*. Rio de Janeiro: Objetiva, 2001.

MARTINS, J. S. *Capitalismo e Tradicionalismo - Estudo sobre as contradições da sociedade agrária no Brasil*. São Paulo: Pioneira, 1975.

NUNES, J. J. *Compêndio de Gramática Histórica*. 7 ed.. Lisboa: Livraria Clássica Editora, 1969.

OLIVEIRA, M. Relevância dos estudos genealógicos para a caracterização sócio-histórica da língua falada na trilha das bandeiras. In *Filologia Bandeirante- estudos* (org. Heitor Megale). n1, p.49-64. São Paulo: Humanitas, 2000.

ORTÊNCIO, B. *Dicionário do Brasil Central*. São Paulo: Ática, 1978.

PALACÍN, L., GARCIA, L. F. & AMADO, J. *História de Goiás em Documentos- I- Colônia*. Goiânia: Ed. UFG, 1995.

PALACÍN, L. & MORAES, M. A. S. A. *História de Goiás (1722-1972)*. 6 ed. Goiânia: Ed. UCG, 1994.

PENHA, J. A. P. Aspectos da linguagem de São Domingos: tentativa de descrição de linguagem rural brasileira. In *Alfa*, n. 20/21, p. 81-118. Marília-SP: FFCL de Marília, 1974-1975.

_____. *Português rural de Minas numa visão tridimensional: na fala, nos textos regionais, nos escritores antigos*. Franca: UNESP, 1997.

POHL, J. E. *Viagem no Interior do Brasil*. v. 1 e 2. Rio de Janeiro: Ministério de Educação e Saúde/INL, 1951.

SAINT-HILAIRE, A. *Viagem à Província de Goiás*. São Paulo: Ed. Itatiaia/Edusp, 1975.

SILVA, A. M. *Diccionario da Lingua Portugueza*, fac-símile da 2 ed. (1813). Rio de Janeiro, 1922, (2 tomos).

TAUNAY, V. *Goyaz*. São Paulo: Editora Cia Melhoramentos de São Paulo, 1931.

VEADO, R. M. A. *Comportamento lingüístico do dialeto rural*. UFMG/PROED: Belo Horizonte, 1982.